



146

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000358-29.2013.8.17.1240 (0339731-1)

RECORRENTE: BANCO BRADESCO S/A

RECORRIDO: MARIA DO CARMO DA SILVA GALDINO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO EM FACE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO A APELAÇÃO CÍVEL, INTERPOSTA PELO BANCO DEMANDADO MANTENDO, POR CONSEQUÊNCIA, INTACTA A SENTENÇA DE PISO QUE JULGOU PROCEDENTE EM PARTE O PLEITO AUTURAL FORMULADO NA PEÇA INAUGURAL DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE/INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DECLARANDO NULO O NEGÓCIO CELEBRADO ENTRE AS PARTES LITIGANTES, DEVENDO AS MESMAS RETORNAREM AO STATUS QUO ANTE, BEM COMO, JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO DE CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS E CONDENOU O BANCO DEMANDADO A DEVOLVER EM DOBRO, AS PARCELAS INDEVIDAMENTE DESCONTADAS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA, COM JUROS DE 1% AO MÊS E CORREÇÃO MONETÁRIA, DE ACORDO COM A TABELA ENCOGE, CONTADOS DE CADA UM DOS DESCONTOS. RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICAÇÃO DO CDC. CONSUMIDORA ANALFABETA. CONTRATO DE FINANCIAMENTO *IN TELA* NULO UMA VEZ QUE NÃO PREENCHEU OS REQUISITOS DE VALIDADE DA CONTRATAÇÃO ESTABELECIDOS NO ARTIGO 595 DO CCB. REPETIÇÃO DO INDÉBITO DEVIDO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI CONSUMERISTA RECURSO IMPROVIDO.

- O artigo 595 do CC prevê que nos contratos de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas. Todavia, o contrato in tela é nulo visto que a consumidora é analfabeta e o mesmo está assinado a rogo e subscrito apenas por uma testemunha, contrariando assim, o disposto no artigo já mencionado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara

tefh



147

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento** ao Recurso de Agravo, nos termos do voto do Relator.

Recife, de de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS -Relator





142-A

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000358-29.2013.8.17.1240, (0339731-1)

RECORRENTE: BANCO BRADESCO S/A

RECORRIDO: MARIA DO CARMO DA SILVA GALDINO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo manejado contra decisão monocrática de fls. 101/103 dos autos que, nos termos do artigo 557, *caput*, do CPC, negou provimento a Apelação Cível interposta pelo banco demandado mantendo, por consequência, intacta a sentença de piso que julgou procedente em parte o pleito autoral formulado na peça inaugural da Ação Declaratória de Nulidade/Inexistência de Relação Contratual c/c Pedido de Repetição do Indébito e Indenização por Danos Morais, declarando nulo o negócio celebrado entre a autora e a demandada, devendo as partes retornar ao status *quo* ante e julgou improcedente o pedido de condenação por danos morais. Condenou o banco demandado a devolver em dobro, as parcelas indevidamente descontadas no benefício previdenciário da parte autora, com juros de 1% ao mês e correção monetária, de acordo com a TABELA ENCOGE, contados de cada um dos descontos. Bem como, no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 300,00 (trezentos reais). Estabeleceu ainda que, com o trânsito em julgado, a parte requerida já está previamente cientificada para o pagamento no prazo de 15 dias, contados do trânsito em julgado, sob pena da aplicação de multa de 10%, conforme previsão do art. 475-J, do Código de Processo Civil, sendo desnecessária qualquer intimação posterior.

Nas razões recursais (fls.106/118) a parte recorrente insiste na tese de que houve culpa exclusiva do recorrido, sendo este o "único responsável por eventual prejuízo, por não ter zelo na guarda de seus documentos, que foram parar na posse de pessoas não idôneas." (*sic*) (n. 111). Salientou, ainda, que "*não cometeu nenhum ato ilícito, abusivo ou motivador de responsabilidade na órbita da responsabilidade civil quanto aos fatos aqui narrados.*" (n. 112). Motivos pelos quais, requer que seja exercido o juízo de retratação por esta relatoria para, reconsiderando a decisão aqui recorrida, conhecer o presente recurso de apelação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

143

Em face do não exercício do juízo de retratação, ponho o feito em julgamento colegiado.

É o relatório.

VOTO

Em síntese, a ação tem por objetivo a declaração de inexistência da relação jurídica contratual, bem como, uma indenização por perdas e danos em favor da demandante em face dos descontos indevidos havidos em seu benefício previdenciário, decorrentes de um empréstimo que a mesma alega não ter contratado junto ao banco demandado.

Conforme já asseverado na decisão monocrática prolatada às fls. 101/103 dos autos, aplica-se, ao caso em exame, o Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de uma relação consumerista.

Dispõe o art. 14 da Lei 8.078/90, que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

"(...)

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro".

Portanto, é dever do banco recorrente proceder com o cancelamento do empréstimo e, conseqüentemente, desconstituir o débito oriundo deste, bem como restituir em dobro os valores descontados indevidamente.

Neste sentido: **REsp n. 1.199.782/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/8/2011, DJe 12/9/2011)**

Ademais, a instituição recorrente deve responder pelos descontos indevidos, na medida em que, não demonstrou ter tomado todas as providências possíveis a fim de evitá-lo, visto que não obedeceu o disposto no artigo 595 do CC, **"nos contratos de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e**

subscrito por duas testemunhas."

No caso *in tela*, observa-se que na ficha proposta de adesão ao contrato de empréstimo colacionada á fl. 67, contém uma impressão digital no local destinado à assinatura da contratante e assinatura de apenas uma testemunha, a sra. LINDENICE DA SILVA GALDINO, quando deveria ter sido assinado a rogo de procurador constituído por instrumento público e subscrito por duas testemunhas.

Portanto, não respeitados os requisitos de validade da contratação, o contrato firmado é nulo, consoante, inclusive, devidamente reconhecido e declarado na sentença.

Neste sentido: **AC nº 0228622-8, Segunda Câmara Cível do TJPE, Rel. Des. Alberto Nogueira Virgínio, Julgado em 27.03.2014, AC nº 322951-2, Quarta Câmara Cível do TJPE, Rel. Des. Jones Figueiredo, Julgado em 23.01.2014 e Ag na AC nº 312741-3, Quarta Câmara Cível do TJPE, Rel. Des. Eurico de Barros Correia Filho, Julgado em 26.09.2013**

Em relação à restituição das parcelas descontadas, agiu acertadamente o Magistrado *a quo* ao condenar o banco demandado/recorrente em restituir de dobro, vez que encontra-se amparado no parágrafo único do artigo 42 da Lei Consumerista, que prevê o direito à repetição do indébito em dobro "ao consumidor cobrado em quantia indevida", não fazendo nenhuma ressalva quanto à origem da cobrança. Vejamos:

"Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável."

Com tais considerações, voto pelo **não provimento** do presente recurso de agravo, mantendo a decisão combatida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 09 de 09 de 2014.

DES. FERNANDO MARTINS -Relator